

GOVERNO GERAL NA BAHIA: poder, povos e adversidades no exercício das funções dos governadores no período Pombalino (1750 – 1777)

SÁ, Charles Nascimento de¹

Governar uma terra que a muitos era estranha e distante foi um dos pontos mais desafiadores da colonização da Idade Moderna. Administrar um império colonial extenso representou um obstáculo para um reino tão diminuto e parco de riquezas como Portugal. Em relação à Portugal seus governadores-gerais e vice reis que vieram para o Brasil no século XVIII eram escolhidos entre a nobreza mais graduada. Segundo Gouvêia, para ser governador no Brasil era preciso ter vivenciado a administração na África e, a partir do final do século XVII, ter participado da Guerra de Restauração (GOUVÊIA, 2001).

Aos governadores gerais cabia o papel de não apenas representar e fazer valer a vontade do rei. Era neles que se assentava a ligação entre os súditos e a coroa. De modo especial seu relacionamento com as elites coloniais tornava-o um elo entre esse grupo e a coroa.

Fazer com que a exploração da atividade econômica desse fruto, que os poderosos locais atuassem dentro dos parâmetros esperados pelo monarca, que a população mais pobre não estourasse em revoltas e manter uma imensa massa de cativos sob o jugo de seus senhores eram tarefas difíceis e espinhosas. Ainda assim, na maioria das vezes os governadores residentes na Bahia conseguiram a contento efetivar suas atribuições. Revoltas, resistências e contestações ocorreram, mas foram sempre contornadas. Atitudes e resistências, porém, jamais deixaram de existir, seja nos estratos mais baixos, ou nos mais altos.

A dinâmica da administração colonial muda a partir do início do século XVIII. A descoberta das minas de ouro, que sustenta o fausto da corte de D. João V, a mudança gradual do eixo econômico do Brasil do Nordeste para o Centro-sul e a elaboração na Europa de uma nova doutrina de governo, centrado em um maior aumento do poder e influência do estado, geram mudanças significativas na maneira de ser do governo das conquistas. Com o declínio

¹Historiador. Mestre em Cultura. Professor Assistente UNEB/Campus XVIII.

2

do ouro e a morte de D. João ascende ao trono português D. José I, em seu reinado destacar-se-á a atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

O século XVIII foi o período histórico em que o desenvolvimento econômico e cultural da América portuguesa se processou mais vigorosamente. Um intenso comércio, envolvendo portos da África, Ásia e Europa com os portos de Salvador, Recife e Rio de Janeiro, fazia do Atlântico um pólo privilegiado de convergência de mercadorias e povos. Açúcar, tabaco, ouro, escravos, dentre outros produtos, realizavam constante intercâmbio ligando os continentes e sua população entre si. Em seu livro *A era de ouro do Brasil*, Charles Boxer faz uma análise da América portuguesa durante o setecentos. Do sul ao norte do Brasil Colônia esse autor aborda as características da sociedade e da economia luso-brasílica. Sobre Salvador, Boxer aponta que a muito “ultrapassara a Goa Dourada e tornara-se a segunda cidade do império português, tendo a sua frente, em população e importância, apenas Lisboa” (BOXER, 2000, p. 154).

A Bahia, objeto de estudo desta pesquisa com destaque para Salvador e o Recôncavo, após um período de estagnação econômica, efeito da concorrência antilhana e de fenômenos climáticos adversos, iniciou, por volta de 1770, uma recuperação econômica que duraria, aproximadamente, oitenta anos. Afinal “a região produziu, entre 1780 e 1860, grandes quantidades de açúcar e fumo para o mercado mundial” (BARICKMAN, 2003, p. 28).

Produtos como açúcar, fumo, cachaça, mais a produção e consertos de navios e sua comercialização representaram uma fonte de enormes lucros para a economia da Bahia. O comércio de farinha e outros gêneros alimentícios, como a carne, por exemplo, permitiram a expansão, ou manutenção no mesmo patamar, da economia baiana, mesmo em fases de estagnação de exportações.

O desenvolvimento fez crescer a fiscalização do governo lusitano em relação ao Brasil. Depois do século XVI, em que houve liberdade de trânsito para povos católicos ou aliados de Portugal, o governo recrudesciu seu controle sobre os territórios do além-mar (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002). O maior controle das colônias esteve vinculado ao mercantilismo e suas doutrinas. Com o Despotismo Esclarecido, representado em Portugal nas figuras de D. José I e do Marquês de Pombal, houve um aumento da centralização administrativa e política, motivada pela necessidade de resguardar os territórios coloniais, em

3
um momento que o clima político e militar europeu se encontravam instáveis (NOVAIS, 2011).

A administração no Reino e nos demais territórios do ultramar português, dessa forma, viu-se modificada pela emergência de novos tempos na Europa e de uma nova concepção de monarquia. Mais centralizada, a coroa tentava impor seu controle e poder aos mais remotos rincões de seu vasto Império enquanto mantinha afastada a cobiça de outras nações sobre suas possessões de além mar. Tarefa nem sempre fácil tendo em vista o diminuto poder militar de Portugal, quando comparado a outras potências e a sua pequena população².

1.1 - PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

1.1.1 - PROBLEMA:

Que dificuldades encontraram os governadores-gerais no governo da Bahia no período de 1750 a 1775 e quais eram as queixas mais comuns que eles apontaram sobre a capitania e sua gente? Como atuaram os governadores para introduzir no governo da Bahia as medidas e práticas propostas pela Coroa? Como reagiu a elite baiana e seus representantes em relação às transferências da sede do governo de Salvador para o Rio de Janeiro

1.3 - OBJETIVOS

1.3.1 - GERAL

Analisar e explicar que tipos de dificuldades vivenciaram os governadores gerais na lide de seu governo, identificando argumentos mais comuns que estes utilizaram para fazer cumprir suas ordens, bem como as queixas mais comuns que eles apontaram sobre a capitania e sua gente.

1.3.2 - ESPECÍFICOS

² As monarquias europeias modernas tem nos séculos XIV até o XVIII uma formação que se convencionou chamar de monarquias compósitas, segundo a denominação de J. H. Elliott e adotada por muitos autores no estudo dos Estados modernos europeus e sua relação com as colônias e possessões ultramarinas. Tal conceito é no entanto, impróprio para o estudo do Ultramar português e suas conquistas. Assim destaca-se aqui o conceito de monarquia pluricontinental utilizado pelo grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos da UFF e que caracteriza-se pela existência de um só reino, uma aristocracia e diversas conquistas. Seu estudo começa no livro O Antigo Regime nos Trópicos e é melhor desenvolvido Nas Tramas das redes de 2001 e 2010, respectivamente. A contraposição a tal análise pode ser verificada em especial na Introdução do livro O Sol e a Sombra, de Laura de Mello e Souza,

4

Identificar quais atritos entre o governador e a elite baiana dos setecentos foram mais comuns. Elaborar um quadro com o nome das adversidades mais comuns e a forma como eram resolvidas pelos governadores-gerais.

Entender de que maneira se processou o controle dos governadores gerais junto aos seus funcionários mais próximos quanto à execução das tarefas que lhe competiam de acordo com as normas e regimentos do período.

Identificar como a elite da época foi retratada pelos governadores gerais, em cartas e documentos do período.

Analisar como ocorria a administração da capitania pelos governadores enviados por Portugal.

1.4 - JUSTIFICATIVA

A análise do governo colonial tem registrado significativas mudanças. Novos olhares sobre o processo de domínio e colonização, com especial destaque para os estudos de Alencastro (2000), Hespanha (2001, 2003, 2010), Schwartz (1988, 2002), Frago e Florentino (2000), Gouvêia (2001), Bicalho (2001, 2013), Nuno Monteiro (2001, 2005), Mafalda Cunha (2005), historiadores estes brasileiros, americanos e portugueses tem ampliado o campo de discussão e compreensão do sistema de governo da América lusa.

Autonomia no relacionamento com a África e outros portos da América e Ásia, o intercâmbio entre as regiões que compunham o Império português, as transações econômicas envolvendo outras capitanias e o interior da Bahia no século XVIII ampliam o entendimento sobre a colonização lusitana para além daquilo que ficou consagrado nos estudos de Caio Prado, Fernando Novais, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes dentre outros em seus estudos similares e que tornaram-se paradigmas no campo histórico³. Afinal como aponta

³Em artigo publicado na Revista Eletrônica de História do Brasil já havia apontado para o caráter autônomo que o governo da Bahia tinha no tocante ao porto de Salvador. O Regimento do Provedor-mor de 1761 ressalta as diversas funções desempenhadas por esse funcionário ao mesmo tempo em que permite antever as dificuldades para se administrar a capitania e a limitação do governo no combate às práticas que eram danosas ao erário régio, como o contrabando e a venda de produtos importados na cidade de Salvador.

José Dassunção Barros (2007) um tema de pesquisa histórica deve ser relevante não apenas para quem pesquisa mas também para os homens do seu tempo.

O estudo da Bahia, centro econômico da América portuguesa tem despertado o interesse de diversos estudiosos no Brasil e fora. Bert Barickman (2003), IstvánJancsó (2000), Avanete Pereira (2009), Russel-Wood (1998, 2005), Stuart Schwartz (1988, 2002), Pierre Verge (2002), Kátia Mattoso (2004), são apenas alguns dos nomes que apresentaram profundas e instigantes pesquisas sobre a Bahia colonial⁴.

Uma pesquisa que pontue a ação dos governadoresna Bahia colonial dos setecentos e suas adversidades na administração dessa capitania ainda não foi realizada. Até o momento a maioria das teses e dissertações tem trabalhado com a Câmara, caso de Avanete Pereira. É importante salientar que até mesmo estudos clássicos como os de Charles Boxer (2000) sobre o Império Marítimo Português, Russel-wood, sobre a Misericórdia da Bahia (2005), Stuart Schwartz (2011) sobre a Relação da Bahia, Maira Bicalho (2003), sobre a Câmara do Rio de Janeiro, apenas perpassam sobre a atuação dos governadores. Em todos estes estudos dá-se mais destaque a ação das Câmaras ou dos juizados como local privilegiado de atuação política. Os governadores e sua prática cotidiana são objetos de pouca atenção.

Em estudos em que estes são o foco do processo, como no caso de Nuno Monteiro, Mafalda Soares da Cunha, Pedro Cardin, Rubens Ricupero, Heloísa Belloto, a maioria das pesquisas foca sua análise sobre os século XVI e XVII. Nos estudos que focam o século XVIII a análise centra-se muitas vezes em que tipo de pessoa foi designada para esse cargo e sua maneira de governar. Em todos esses estudos a Bahia setecentista não é o foco principal de nenhum deles.

Pesquisar sobre os contratempos dos governadores-gerais da Bahia pode revelar aspectos do cotidiano e da sociedade colonial baiana ainda pouco explorado, em especial suas

⁴ Os novos olhares e abordagens sobre a Bahia colonial tem redefinido a maneira como essa região era compreendida. Se nos estudos pioneiros de Kátia Matoso, Luís Henrique Dias Tavares, Cid Teixeira, Thales de Azevedo a abordagem de aspectos da chamada História Social trouxe revisões a respeito da história baiana até os anos oitenta do século XX, mantendo, porém certa homogeneidade sobre a pesquisa em uns mesmos assuntos, tal fato tem sido ampliado por uma nova gama de trabalhos. Estes tem sido focados em áreas e regiões da Bahia até então relegadas, como os livros de Marcelo Henrique Dias sobre a produção de farinha e a economia de Ilhéus, os estudos de Bert Barickman sobre o mesmo tema no Recôncavo, os estudos de Avanete Pereira sobre o poder nas Câmaras de Salvador, Janete Ruiz de Macêdo sobre a visitação do Santo Ofício em Ilhéus e Ângelo Carrara e Francisco Cancela para Porto Seguro.

6

formas de resistências ao poder vigente e as concepções que a população de Salvador e Recôncavo tinham de sua inserção no contexto do Império Marítimo Português. Poderá apontar também para valores defendidos pelos governadores e a relação entre esses elementos e sua formação política e teórica.

O estudo é também significativo por situar dois momentos distintos para a Bahia: num primeiro é ela sede do centro administrativo colonial, no caso da presente pesquisa de 1750 a 1763. Espaço privilegiado das decisões e mandos e desmandos da América portuguesa. Em um segundo momento, com a transferência da sede para o Rio de Janeiro, a Bahia passa por uma fase de marginalização política e econômica que, ainda que não sentida nas décadas seguintes à transferência do governo, ganha relevo após a segunda metade do século XIX.

A administração de uma região extensa e rica, com uma das mais antigas elites rurais e mercante da América portuguesa, representava uma grande conquista política para aqueles que eram indicados a essa função. Galgar os degraus da política colonial que levava ao governo da sede do Vice-Reino do Brasil significava o coroamento de uma carreira política em que o indicado havia demonstrado ao longo de toda sua trajetória aptidão e honrarias necessárias para tal fim.

O período pombalino foi significativo pelos diversos mecanismos de controle e de gerência que criou (HOLANDA, 2003). Nesse período a Bahia passou por momentos ímpares em sua posição como centro político. Como sede do governo colonial, Salvador viu sua primazia ser transferida para o Rio, que representava o novo centro de dinâmica econômica e demográfica da América. Nesse sentido, o período que se pretende analisar (1750 – 1777) tem uma importância capital para a capitania da Bahia, afinal nesses vinte e sete anos de reinado de D. José I, na primeira metade a Bahia foi sede do Vice-Reino e depois, tendo perdido a primazia da sede do Vice-reino para o Rio de Janeiro, incorporou para si quatro capitânicas: a de Ilhéus, Porto Seguro, Paraguaçu e Itaparica (SILVA, 2010). Essas mudanças interferiram na forma de administrar e no governo da capitania.

Revisão de Literatura

Os governadores-gerais eram cooptados nos estratos mais elevados da sociedade lusa. Em um ambiente social em que o nascimento era o elemento chave na designação do lugar que cada um ocupava: ser nobre ou filho de um, não possuir sangue judeu ou mouro, ou ser seu descendente, tornava-se componente *sinequa non* para a escolha dos pretendentes e indicados ao cargo (SOUZA, 2006). O nascimento de um indivíduo ditava-lhe o lugar que ele iria ocupar. Afinal “o recrutamento para este cargo era objeto de uma cuidadosa seleção, não passando sequer pelo Conselho Ultramarino. Era uma decisão cometida ao rei e definida num círculo mais próximo e menos institucional de aconselhamento” (CUNHA, 2005, P. 83).

No Antigo Regime:

O termo “administração”, por exemplo, era sempre usado com um complemento e só raramente surge isolado [...] em pleno Antigo Regime o termo “governo” também possuía uma acepção indefinida. A sua semântica começara por apontar para a atividade pastoral [...] a acepção de governo evocava, também, a esfera doméstica, o governo da casa familiar [...] Convém notar que a palavra governo, usada para designar a atividade desenvolvida pela Coroa, incorporou esse imaginário doméstico [...] a arte de conduzir uma família [...] e a técnica que habilitava a governar a República, por outro, eram saberes que relevavam, fundamentalmente, de uma mesma exigência, de uma mesma qualidade, de um mesmo princípio ético e político. No vocabulário coetâneo, o termo “governo” começou por evocar, fundamentalmente, as funções militares e diplomáticas da Coroa, ao mesmo tempo que remetia para a gestão de um patrimônio em função de um mandato direto emanado da pessoa régia (CARDIM, 2005, p. 52).

Observa-se no final do texto do historiador português Pedro Cardim que a ideia de governo prendem-se à função militar e à gestão do patrimônio pertencente à Coroa. Gouvêia, em seu verbete sobre o governo-geral do Brasil colônia já apontara para o fato de que a função militar, e a defesa da terra, era o item mais destacado nos Regimentos que os governadores traziam para o Brasil. O fato de o governador ser também o chefe militar maior da colônia denotava a necessidade de que sua atuação política permite-se a manutenção da colônia sobre o domínio da coroa portuguesa. Daí que os indivíduos recrutados para essa tarefa foram, na grande maioria da vezes, pessoas com experiência militar e vivência em outras áreas do Império.

8

Os governadores resguardavam para si, mediante poder conferidos a eles pelos decretos e regimentos régios, uma autoridade que lhes permitia ir ao encontro mesmo de ordens vindas do reino quando estas destoassem da ordem estabelecida no território de conquista, em especial àquelas que fossem contrárias aos interesses da elites locais. Manter essa comunidade fiel ao rei e ao Império era sua tarefa mais fundamental. Afinal:

De acordo com a doutrina da época os governadores gozavam de um poder extraordinário, semelhante ao dos supremos chefes militares. Tal como o próprio rei, podiam derogar o direito em vista de uma ainda mais perfeita realização do seu múnus. Nos regimentos que lhes eram outorgados, estava sempre inserida a cláusula de que poderiam desobedecer ao regimentos, sempre que uma avaliação pontual do serviço real o justificasse (HESPANHA, 2001, p. 133).

No vocabulário coetâneo, o termo “governo” começou por evocar, fundamentalmente, as funções militares e diplomáticas da Coroa, ao mesmo tempo que remetia para a gestão de um patrimônio em função de uma mandado direto emanado da pessoa régia. Pois

A tarefa de governar “Mandar com supremo poder & autoridade. Governar um Reino um Império” (BLUTEAU) pertencia ao monarca e aos seus auxiliares. O rei era a cabeça do reino e comandava os membros e órgãos restantes, tidos como extensão de seu corpo (COSENTINO, 2005, p. 138).

O governo das colônias era realizado por um período não superior a quatro anos, isso, no entanto, não era uma regra rígida, existindo casos em que o governador permaneceu muito mais tempo no cargo. A maior permanência dos governadores-gerais na Bahia deu-se sobremodo a partir do final do século XVII. A maior complexidade e os ganhos advindos de se estar na maior capitania da América lusa foram fatores que contribuíram para essa permanência. Outro fator a se destacar é a preferência que a nobreza das Grandes Casas do Reino passou a ter pelo Brasil. Tal fato, como apontado por Nuno Gonçalo Monteiro (2001), evidenciava-se o declínio do governo das Índias e a ascensão do Brasil, agora compreendido como pedra angular para manutenção da economia e do prestígio do Estado português. Para se chegar ao governo da Bahia era comum que muitos passassem antes pela administração de capitanias menores, além de já possuírem o contato com outras regiões do Império, como já salientado.

9

Manter a união de povos e territórios diversos requereu da Coroa lusitana amplo espaço para o diálogo. Fenômeno esse que foi conseguido com a partilha do poder real com outros poderes. Além disso, o direito jurídico português incorporava doutrinas jurídicas locais, sendo que, em muitas ocasiões, a política imperial cedia diante de laços afetivos, piedade, gratidão ou amizade. Os governadores-gerais gozavam de direitos bem amplos que lhes permitiam, em alguns momentos, confrontar-se com as diretrizes da coroa. Afinal:

A cultura institucional do Império Português é uma cultura viajante. Ou seja, parte de um local, chega a outro, mistura-se, dialoga, é violentada ou violenta instituições locais. E as periferias criam variações às vezes muito longe do modelo central [...]cada região foi, um pouco, dona do seu próprio destino, (HESPANHA, 2006, p. 43-44)

Manter um império sobre um mesmo domínio não foi tarefa fácil. Em especial, durante o século XVIII, porque,

[...] de várias perspectivas a primeira metade do século XVIII é mais significativa do período colonial. Ocorreu um aumento acelerado da população [...] o território foi expandido e consolidado, com a instalação de novas capitânicas no interior (WEHLING, 2000, p. 17).

A administração na Bahia no século XVIII foi componente essencial para manutenção do domínio português nos trópicos. Para isso:

A legislação elaborada para a administração do ultramar expressa, na exata medida, os diversos graus de intensidade por que passou a relação Metr pole-Colônia no decorrer do período. No espaço colonial, esses movimentos configuraram uma forma embrionária de organiza o sócio-econômica, cuja especificidade [...] refratou essa legisla o, além de modelar um padrão especial de poder, onde o público e o privado se mesclaram de maneira a proporcionar s  contornos da ordem jurídico-administrativa implantada (BRASIL, 1986, p. 48,).

O estudo aqui proposto caminha em dire o   análise de quatro conceitos básicos, a saber:

a) Governo – o governo caracteriza-se no mundo colonial pela imersão do mundo nativo americano e dos europeus que para aqui vieram em bases políticas oriundas da experiência

10

política lusitana. Esta por sua vez seguia os parâmetros da política mercantilista e absolutista que orientavam o Antigo Regime na Europa. Este sistema caracterizava-se pela existência de uma sociedade estamental em que os cargos e as funções dos agentes públicos encontravam no rei e em sua figura o componente principal para obtenção de mercês e benesses. Dessa forma

O governo seria a transferência de mecanismos de dominação típicos de Portugal do Antigo Regime para suas possessões no ultramar, bem como a cessão de mercês por parte do monarca para indivíduos que se destacassem na condução dos negócios públicos nas regiões de conquista (BRASIL, 1986).

Para que o governo pudesse se concretizar era necessária uma série de mecanismos que viabilizassem sua dinâmica. Nesse sentido, a noção de autoridade régia era um dos vetores que sedimentava o predomínio da coroa sobre os demais membros da sociedade desse período. Assim,

O que as monarquias do século XVII pretendiam não era tanto a centralização, mas o fortalecimento de suas dinastias, a imposição do princípio de autoridade sobre os seus súditos considerados pouco obedientes e pouco cumpridores de suas obrigações, especialmente em matéria fiscal e na *reputação* na cena internacional, reputação essa considerada impossível sem um exército vitorioso e temível (PUJOL, 1991, p. 124).

Fortalecer a dinastia significava ter sobre sua autoridade o maior número possível de súditos e pessoas. Discutira autoridade e seu sentido para as monarquias europeias, de modo especial as ibéricas, na época Moderna torna-se assim o segundo conceito a orientar essa pesquisa.

A administração, função primeira dos governadores indicados para a capitania da Bahia, e que tinham nessa tarefa o cerne de seu mandato vem a ser o terceiro conceito que aqui se pretende discutir. As dificuldades de comunicação e a demora para efetivar os contatos entre os povos de regiões distantes tinha uma influência direta na maneira como os governadores administravam sua áreas de influência. Afinal:

Durante o tempo em que uma ordem transita entre o poder superior de onde emana e a autoridade subalterna encarregada de fazê-la ser cumprida – tempo em que a lei já existe mas a aqueles a quem se destina ainda a desconhecem – cabe ao administrador local, muitas vezes, tomar resoluções nem sempre concordes com a vontade régia. (BELLOTO, 2007, p.118)

11

Administrar durante o Antigo Regime requeria autoridade de quem estivesse assumindo tal função. Ao rei cabia o privilégio de constituir pessoas que iriam prover os cargos de sua administração. Para isso,

O ato régio de conferir honras e privilégios tem sido analisado pela historiografia como elemento instituidor de uma “economia moral do dom”, de acordo com a qual aqueles beneficiados passariam a estar ligados ao monarca por uma rede baseada em relações assimétricas de troca de favores e serviços (BICALHO, 2001, p. 206).

A economia moral do dom, fator que distinguia o poder real dos outros poderes constituintes do corpo político do Antigo Regime, assentava-se assim no privilégio inerente ao rei de demonstrar seu agrado junto aos seus súditos por meio de benefícios e privilégios. A autoridade que emanava do governador era dessa forma um reflexo do poder régio.

Autoridade no entanto, não era um elemento que fosse exercido unicamente pela imposição de uma vontade. Essa concepção, vinculada a inúmeros trabalhos no Brasil, a assentado de modo especial no conceito de colônia de exploração apontado por Caio Prado em seu clássico Formação do Brasil Contemporâneo, não se constitui atualmente o cerne dominante nos estudos históricos sobre a época moderna e o mundo colonial. A pesquisa aqui posta funda-se na noção de autoridade de Jack Greene que

[...] Defende seu argumentos criticando os conceitos de colônia e de colonos, cunhados a partir da noção de sujeição, subordinação, dependência, dominação, inferioridade, incapacidade e alteridade. Evoca recentes trabalhos que demonstram que a autoridade metropolitana se forjou não através da imposição de um topo ou centro, e sim de um elaborado processo de negociação entre as partes envolvidas. Afirma que embora o *poder*, definido como força, pudesse ter sido imposto por vezes de forma coercitiva, a *autoridade* – um termo que implica legitimidade, justiça e direito – era quase sempre produto da negociação e da sanção de todos os sujeitos históricos envolvidos no processo de colonização (GREENE apud BICALHO, 2013, p. 141).

Autoridade aqui não se deve confundir com autoritarismo, tendo em vista que o mesmo seria inviável para unificar sociedade tão separadas pelo espaço, pelo clima e pela cultura. O discurso assim sedimenta-se como um elemento unificador dos diversos povos que constituíam o Império luso. Usar as palavras era muito mais importante que saber usar as armas. Empreender junto aos súditos a formulação de uma doutrina política que os levasse a estar sempre em permanente apoio ao rei e ao Reino era o processo mais eficaz para aglutinar os povos sob uma única coroa, evitando assim o fracionamento do império.

12

Nesse sentido os estudos de Pocock e Skinner sobre o discurso político na época moderna constituem apoio para a presente pesquisa. Afinal “estudar o discurso político implica estudar fatos históricos, pois faz parte desse enfoque pensar os discursos como ações – “atos de fala”” (POCOCK, 2003, p. 09). Skinner aponta ainda que o discurso deve ser compreendido dentro do contexto em que foi produzido. Ele aponta que é preciso que o historiador esteja imerso no contexto em que o documento foi produzido para a partir dessa perspectiva percorrer os mesmos caminhos e entendimentos do que o autor do documento quis expressar.

Por fim, a ideia de cotidiano, seguindo a premissa básica apontada por Agnes Heller. Cotidiano enquanto elemento que é produto da ação do ser humano no seu tempo e espaço, em conformidade com sua cultura e materialidade. O cotidiano demonstra os atos, anseios, visões e ideários de grupos e de indivíduos em um período histórico. Em cada tarefa, função ou atitude, em tudo que produz está o homem imerso em uma teia de relações sociais. Sua atuação política aí se desenvolve. É no cotidiano que o homem revela a si mesmo.

Por fim utilizar-se-á o conceito de representação, seguindo a ótica apontada por Marcel Mauss em seu Ensaio sobre a dádiva norteia também as relações que se pretende averiguar entre governadores e elite política baiana, entre governadores e o rei ou entre o rei e a elite da capitania. Assim:

[...]“toda representação é relação – isto é, funda-se sobre a união de uma dualidade de contrários” (JAMIN, 1992, p. 456). Ora, o argumento central do Ensaio é de que a dádiva produz a aliança, tanto as alianças matrimoniais como as políticas (trocas entre chefes ou diferentes camadas sociais), religiosas (como nos sacrifícios, entendidos como um modo de relacionamento com os deuses), econômicas, jurídicas e diplomáticas (incluindo-se aqui as relações pessoais de hospitalidade).

3- METODOLOGIA

A compreensão do passado baiano no contexto do Império Marítimo Português será usada a partir da interpretação e análise dos discursos e instrumentos de poder e diálogo que resultaram no estabelecimento do mundo luso-baiano. Partindo-se dessa premissa a análise dialética pretende aqui desenvolver formas de abordagens para compreensão das contradições e dificuldade inerentes ao processo de manutenção do domínio luso sobre a Bahia colonial e as tensões existentes no relacionamento entre os governadores e a elite baiana setecentista.

13

Interpretar esses segmentos ideológicos faz-se necessário como instrumento de melhor entendimento do mundo setecentista colonial. Será usada a indução que se destina a verificar objetos particulares de estudo, gerando enunciados sintéticos, que provêm de constatações particulares e caminham para generalizações: da amostra para a população ou universo (SALOMON, 2001). A discussão sobre um das componentes que formava a América portuguesa possibilitará uma generalização de alguns aspectos de sua economia e sociedade para parte significativa do conjunto. Para tal fim far-se-á uso da dialética, o discurso e as contradições inerentes ao processo histórico oriundo das relações entre os governadores e demais membros da sociedade baiana colonial indução, amparada aqui na pesquisa qualitativa da fontes primárias, possibilita melhor compreensão da mentalidade do período e sua formação cultural.

O tipo de pesquisa aqui desenvolvido pretende, quanto aos objetivos, pautar-se em uma análise explicativa, pois ela tem “como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2002, p. 42). Em relação aos procedimentos técnicos: “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45).

O decorrer do processo de coleta de dados, já iniciados ressaltou-se, pretende também ampliar o uso de novas fontes e melhoria nos referenciais e conceitos propostos, como já apontados anteriormente no início das Considerações. A coleta de material na coleção Castro de Almeida efetiva-se também a partir da seleção de material para análise e descoberta dos documentos que tratem do período em que este projeto se ancora.

Assim sendo do catálogo abaixo listado, efetuou-se pesquisa nos CDs de número 2, 3, 6, 10 e 25. Em seus arquivos e pastas já foram selecionados mais de uma centena de documentos. Os demais CDs aí existentes serão também analisados.

Do que até aqui se pesquisou tem-se os seguintes itens:

Problemas Administrativos 1755-17

1 Desvio de ouro/dinheiro

2 Conflitos entre os oficiais administrativos

14

3 Falta de dinheiro para pagamentos ou compra de equipamentos

4 Desobediência

5 Conflitos com os colonos

6 Determinações régias

7 Doença

8 Outros assuntos

A presente pesquisa tem nos documentos do Arquivo Ultramarino de Portugal, relativos à Bahia colonial no século XVIII que se encontram gravados em mídia pelo Projeto Resgate, o lócus privilegiado de obtenção das fontes primárias. Trata-se de cartas enviadas ao Conselho Ultramarino e para a Secretaria de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos órgão responsável pela administração das colônias a partir de 1736, por aqueles que estavam à frente do governo baiano. Será usado também a coletânea de cartas do Marquês de Lavradio, em seu período como governador da Bahia de 1768 a 1769, publicadas pelo Arquivo Nacional em 1972.

REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Martha; SOIHET Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.) **Cultura política e leitura do passado:** historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

ALENCASTRO, Luiz Filipe de. **O Trato dos Viventes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz Bandeira. **O Feudo:** a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um Contra-ponto baiana:** açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro:

15

Civilização Brasileira, 2003. Título original: A Bahian Counterpoint: Sugar, Tobacco, Cassava and Slavery in the Recôncavo, 1780 – 1860.

BILCALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar: idéias e práticas políticas nos império português.** São Paulo: Alameda, 2005

BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial.** Trad. Nair de Lacerda. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. **O Império Marítimo Português.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COUNTRYSTUDIES. **Gold Mining Displaces Cane Farming.** Disponível em: <<http://www.countrystudies.us/brazil>> Acesso em: 19 jul. 2006.

DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves. **Um lugar na história: a capitania e a comarca de Ilhéus antes do cacau.** Ilhéus: Editus, 2007.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O Arcaísmo como Projeto.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na trama das redes: política e negócios no império português.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

HESPANHA, António Manuel de. A Constituição do Império Português. Revisão de alguns viesamentos correntes. In. In. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 163 – 189.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Caminhos e Fronteiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial**, administração, economia, sociedade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

LAVRADIO, Marquês. **Cartas da Bahia**, 1768 – 1769. Arquivo Nacional, 1972. (série de Publicações n. 68).

LEAL, Maria das Graças de Andrade; MOREIRA, Raimundo N. Pereira; CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington (orgs.). **Capítulos de história da Bahia**. São Paulo: Annablume, 2009.

MOTA, CarlosGuilherme (org.). **Viagem Incompleta, a Experiência Brasileira: formação: histórias**. São Paulo: SENAC, 2000.

_____. **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RISÉRIO, Antonio. **Uma História da Cidade da Bahia**. Salvador: Versal, 2005.

SALGADO, Graça. (coord.) **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Mediações entre a fidalguia portuguesa e o Marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, 2004. v. 24, n. 48, jul-dez.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo César; COSTA, Ângela Marques. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento política moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo: Editora UNESP, Salvador: EDUFF, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário de Brasil Colonial**. São Paulo: Objetiva, 2000.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo. **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da época moderna**. São Paulo: Alameda, 2009.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

17

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo** do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. 4. ed. Ver. Salvador: Corrupio, 2002.

WEHLING, Arno. Prefácio à terceira edição. In. BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Trad. Nair de Lacerda. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.